



PROGRAMA 215 CIDADANIA E DIREITOS

PROGRAMA 215 – CIDADANIA E DIREITOS

Temas Estratégicos
Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho • Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar • Desenvolvimento Urbano e Rede de Cidades • Saúde e Assistência Social • Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte • Segurança Pública Cidadã • Mulheres, Gênero e Diversidade • Igualdade Racial e Identidades • Geração, Cidadania e Direitos Humanos • Gestão Governamental e Governança Socioeconômica

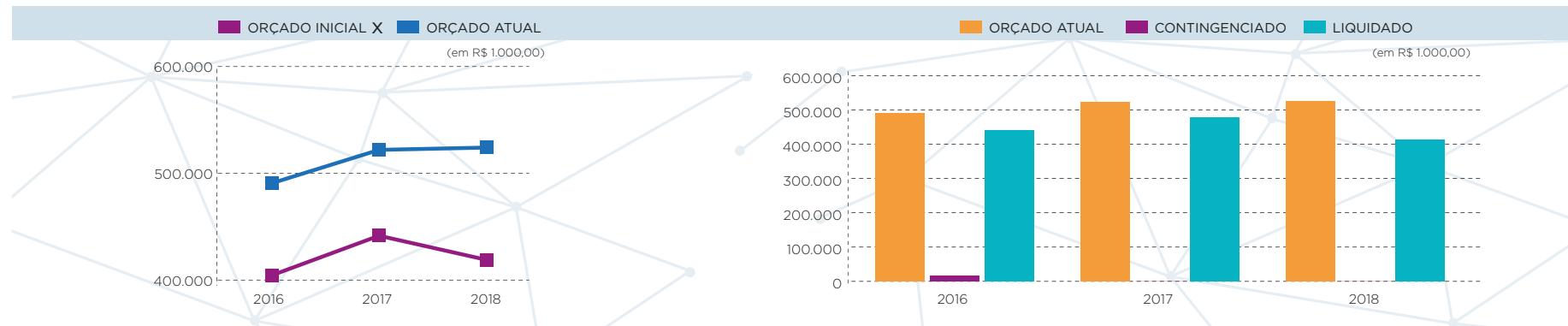
Ementa
Direitos humanos; Pessoas com deficiência ou necessidades especiais; População em privação de liberdade; População em situação de rua; Infância e Adolescência; Sistema de Garantia de Direitos; Direito à Comunicação; Juventude; Direitos do trabalhador; Diversidade LGBT.

Componentes do Programa

ÓRGÃO(S)	INDICADORES	COMPROMISSOS	METAS	INICIATIVAS
CASA CIVIL	0	1	3	6
SDE	0	0	1	1
SEAP	1	3	6	15
SERIN	0	0	3	3
SESAB	0	0	1	1
SETRE	0	1	1	1
SJDHDS	4	11	62	84
TOTAL	5	16	77	111

Recursos Orçamentários e Financeiros (em R\$ 1.000,00)

ANO	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	CONTINGENCIADO	LIQUIDADO	PAGO
2016	404.385,54	490.684,69	16.331,00	439.531,09	437.069,38
2017	441.522,00	521.947,30	0,00	476.920,61	475.511,64
2018	418.924,00	524.103,72	0,00	411.942,89	400.354,44



DESEMPENHO DO PROGRAMA

COMPONENTES			RESULTADO		
Indicador da Evolução dos Indicadores do Programa – Ev _{IP} (%)	Indicador da Eficácia das Metas do Programa – Ex _M (%)	Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – Ex _{OFC} (%)	Indicador de Desempenho de Programa – IDP (%)	Grau	Situação
60,00	73,02	46,67	62,54	3	BOM

Desritivo do Desempenho do Programa

1 INTRODUÇÃO

O Programa 215 – Cidadania e Direitos, conforme o PPA-P vigente, possui 16 Compromissos, 77 Metas e 5 Indicadores, cuja execução envolve 7 Órgãos (Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS, Casa Civil, Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, Secretaria da Saúde – SESAB, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, Secretaria de Relações Institucionais – SERIN e Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização – SEAP) e 14 Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas.

Trata-se de um Programa cuja transversalidade é evidenciada nos 10 temas estratégicos associados à sua ementa, predominando os que tratam de Geração, Cidadania e Direitos Humanos (presente nos 16 Compromissos), Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte (presente em 7 Compromissos) e Saúde e Assistência Social (presente em 6 Compromissos).

Com relação às prioridades da Administração Pública, conforme estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 13.727/2017), cabe registrar que o Programa não possui ações prioritárias associadas a seus Compromissos.

2 INDICADOR DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa Cidadania e Direitos apresentou um **Bom Desempenho** no Ano III de execução do PPA-P, considerando a data de corte 31/10/2018, com o Indicador de Desempenho (IDP) alcançando **62,54%**, o que corresponde ao Grau 3. Contribuíram para esse resultado os indicadores associados às duas dimensões de análise:

- Dimensão Resultado do Desempenho do Programa representada pela Evolução dos Indicadores – com **60,00%** – e pela Eficácia das Metas do Programa – com **73,02%**; e
- Dimensão Esforço do Desempenho do Programa expressa pela Média do Indicador da execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – com **46,67%**.

2.1 Análise da Dimensão Resultado do Desempenho

O desempenho do conjunto dos Indicadores do Programa reflete a evolução de três Indicadores no sentido da sua polaridade, enquanto dois outros apresentam evolução contrária à sua polaridade. São representativos da primeira situação os Indicadores:

- IP1 – Número de atendimentos de pessoas surdas pela Central de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais – CILBA;
- IP4 – Proporção de pessoas privadas de liberdade com acesso efetivos a atividades ressocializadoras; e
- IP5 – Taxa de cobertura do PROCON.

Já os Indicadores abaixo relacionados enquadram-se no desempenho negativo:

- IP2 – Proporção de municípios com cofinanciamento dos serviços de proteção social especial de alta complexidade apoiados; e
- IP3 – Proporção de municípios com cofinanciamento dos serviços de proteção social especial de média complexidade apoiados.

Dentre os comentários sobre a evolução dos Indicadores apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis, merece destacar a ocorrência de oportunidades ou novas formas de atuação como condições favoráveis à realização de entregas relacionadas às respectivas variáveis que compõem tais Indicadores. Por outro lado, sobre o desempenho negativo dos Indicadores, foram apontados impeditivos de ordem legal ou normativa.

Com relação à sua representatividade, observa-se que a maioria dos Indicadores apresenta algum grau de aderência aos respectivos Compromissos aos quais estão vinculados, de modo que a sua evolução captura, em certa medida, os resultados gerados no âmbito dos Compromissos, expressos pelo nível de execução das Metas. No entanto, em relação aos IP2 e IP3, as respectivas evoluções negativas não correspondem ao bom desempenho da maioria das Metas do Compromisso ao qual está vinculado (C12 – Fortalecer as ações de proteção social voltadas ao público em situação de vulnerabilidade e risco social), visto que, das suas 9 Metas, 7 apresentam execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus de Eficácia 3 e 4.

As outras duas Metas encontram-se na situação “Não se Aplica”, considerando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018. Cabe ressaltar, ainda, que indicadores em geral podem ser afetados por outros fatores que não estão associados diretamente. Nesse sentido, elementos tanto internos quanto externos ao Programa Cidadania e Direitos podem influenciar indiretamente o comportamento desses Indicadores.

Ainda em relação à representatividade, ressalte-se que, dos 16 Compromissos, 4 estão vinculados, individualmente, a Indicadores, inclusive um deles, a mais de um Indicador São eles:

- C1 – Fortalecer a ressocialização do interno e egresso do Sistema Penitenciário, por meio de atividades de educação, profissionalização, trabalho de assistência social, religiosa e à saúde, resguardando as especificidades de gênero, identidade e igualdade social: IP4;
- C12 – Fortalecer as ações de proteção social voltadas ao público em situação de vulnerabilidade e risco social: IP2 e IP3;
- C15 – Promover acesso às políticas públicas do Estado e às pessoas com deficiências e necessidades especiais, nos municípios polos dos territórios de identidade: IP1; e
- C16 – Ampliar o acesso à informação e proteção entre os participantes das relações de consumo: IP5.

Merece ser observado o fato de que 12 Compromissos não estão vinculados a qualquer Indicador.

Vale registrar que esse componente do Programa passou por uma revisão, resultando na definição de um novo Indicador (IP1 – Número de atendimentos de pessoas surdas pela Central de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais – CILBA), que passou a ter vigência a partir de 2018.

No que se refere ao Indicador da Eficácia das Metas do Programa, observa-se o seguinte comportamento com relação ao valor planejado para 2018:

- 15 Metas (19,48%) apresentam uma execução abaixo de 60%, com Graus de Eficácia 1 (Insuficiente) ou 2 (Regular);
- 11 Metas (14,29%) estão com execução igual ou superior a 60% e inferior a 90%, com Grau de Eficácia 3 (Bom)
- 37 Metas (48,05%) exibem uma execução igual ou superior a 90%, com Grau de Eficácia 4 (Ótimo), dentre as quais 20 (25,97% do total de Metas) têm execução igual a 100% e 12 (15,58% do total de Metas), com execução superior a 100%; e
- 14 Metas (18,18%) estão enquadradas na situação “Não se Aplica”, considerando não ter sido planejado qualquer execução para o exercício 2018.

Os motivos apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas, cuja execução foi superior a 100%, são predominantemente: i) a otimização de formas e estratégias de atuação; e (ii) exigências de ordem legal ou institucional favoráveis. Por sua vez, as explicações apresentadas para as situações com execução inferior a 60% estão especialmente associadas a: (i) impedimentos ou dificuldades de ordem legal, contratual ou institucional; (ii) obstáculos ocasionados pela falta de adesão, parcerias ou de demandas; e (iii) insuficiência de recursos orçamentários ou financeiros. Dentre outros motivos apresentados para a evolução de algumas Metas (seja superior a 100%, seja inferior a 60%), vale destacar as alterações ocorridas na forma de suas apurações, assim como o fato de que elas se encontram em andamento, com conclusão prevista para o final do exercício de 2018, o que não pode ser capturado na data de corte dos dados para a presente análise.

Por seu turno, ao analisar o comportamento das Metas em relação ao valor esperado para o PPA-P, considerou-se que, sendo quatro anos o período da sua realização, o valor anual de referência para a execução de uma Meta pode ser o correspondente a 25%, o que permite definir a faixa referencial de alcance da Meta no ano III da sua execução em torno de 75%, ressalvadas as especificidades cabíveis. Desse modo, ao comparar o valor apurado da Meta em 2018 com o valor esperado para o PPA-P, verifica-se a seguinte situação:

- 30 Metas (38,96%) estão com execução igual ou superior a 75 %;
- 12 Metas (15,58%), com execução igual ou superior a 25% e inferior a 75%; e
- 35 Metas (45,45%) estão com execução inferior a 25%, observando que destas, 20 (25,97% do total de Metas) se encontram com 0% de execução no ano III do PPA-P e contemplam 14 Metas enquadradas na situação “Não se Aplica” e 1 com Grau de Eficácia 1.

Considerando as 27 Metas relacionadas aos 4 Compromissos associados diretamente aos Indicadores de Programa, 20 apresentam uma execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus 3 e 4 em relação à sua Eficácia, o que influencia positivamente o comportamento dos Indicadores de Programa. Nesse sentido, é possível que a relação entre a evolução dos Indicadores de Programa e a Eficácia dessas Metas tenha contribuído favoravelmente para a Dimensão Resultado do Desempenho do Programa, o que evidencia a relevância dos componentes desta dimensão para o comportamento geral do Programa Cidadania e Direitos.

2.2 Análise da Dimensão Esforço do Desempenho

Para a análise dessa Dimensão, cabe apresentar os quatro conceitos que são utilizados na metodologia da Avaliação de Desempenho de Programas do PPA-P, detalhada neste relatório, na Seção 4.1 – Metodologia da Avaliação. São eles:

- **Execução Orçamentário-Financeira** – obtida a partir da relação entre os Valores Liquidado e Orçado Atual, subtraído do Valor Contingenciado, de cada exercício, a partir do qual é atribuído um grau para cada Compromisso do Programa;
- **Média da Execução Orçamentário-Financeira** – fornece a média da **Execução Orçamentário-Financeira** de cada Compromisso, dos três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018);
- **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa** – valor padronizado que expressa a relação entre a soma dos Graus de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, em cada exercício; e
- **Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira** – expressa a média do **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos dos Programas**.

Com relação ao Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa, em cada exercício, este foi **48,89%** em 2016, **60,00%** em 2017 e **31,11%** em 2018, resultando na média de **46,67%**. Vale destacar o fato de um Compromisso (C4 - Ampliar a oferta de vagas de qualificação profissional para as

pessoas privadas de liberdade visando à inserção produtiva), não possuir execução orçamentária nos três exercícios de execução do PPA-P.

Considerando o montante de recursos do Orçamento Atual, para os três exercícios, e seus respectivos valores liquidados, conforme Gráfico 1, o Programa apresenta a seguinte execução orçamentário-financeira:

- 2016: 92,66%;
- 2017: 91,37%; e
- 2018: 78,60% (este valor é parcial, com data de corte 31/10).

O Programa Cidadania e Direitos apresenta execução orçamentário-financeira elevada no período em análise (2016-2018), destacando-se que o valor do exercício 2018 é parcial. Contudo, essa performance não influenciou significativamente a Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa.

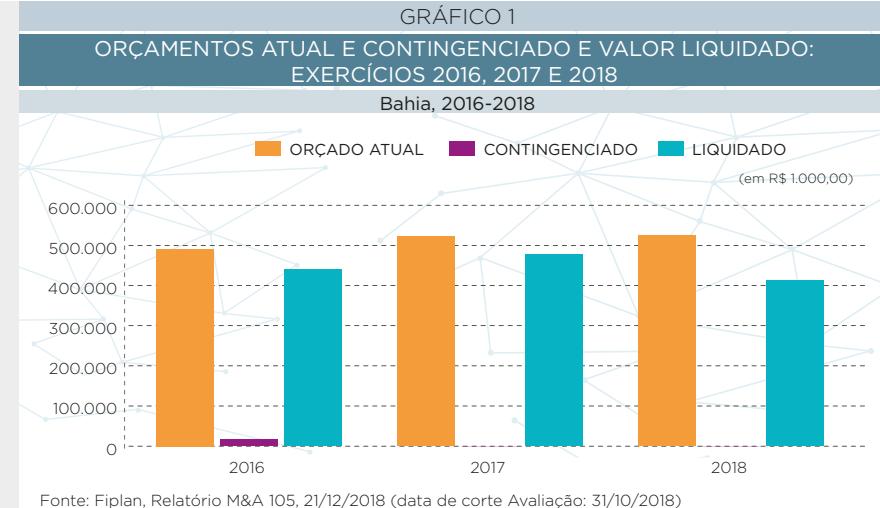
Cabe salientar que dois Compromissos concentram o maior volume de recursos, sendo responsáveis por 84,45% do Orçamento Atual do Programa, considerando-se a média do período (2016 a 2018). Esses Compromissos são elencados a seguir, ressaltando que o primeiro deles abarca, em média, 73,27% do valor do Orçamento Atual:

- C3 – Promover a modernização e a melhoria contínua do Sistema Penitenciário com ênfase na racionalização da gestão das práticas operacionais e no aprimoramento das condições materiais e de segurança do interno; e
- C12 – Fortalecer as ações de proteção social voltadas ao público em situação de vulnerabilidade e risco social.

Sob a perspectiva da Média da Execução Orçamentário-Financeira, esses Compromissos apresentam, respectivamente, os seguintes valores: 95,20% e 72,40%.

É possível verificar que os Compromissos relacionados com maior participação no montante do Orçamento abrangem Metas com perfis relacionados à prestação de apoio financeiro e cofinanciamentos, à reforma de imóveis e ao funcionamento e segurança do Sistema Penitenciário, o que possivelmente justifique o maior aporte de recursos direcionados a esses Compromissos.

O resultado alcançado pela **Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira** do Programa é relativamente baixo (**46,67%**), mas o seu impacto no IDP do Programa Cidadania e Direitos é, de certa forma, atenuado pela melhor performance dos indicadores associados à Dimensão Resul-



tado do Desempenho (Evolução dos Indicadores e Eficácia das Metas do Programa). Isto se deve ao fato de tratar-se de um indicador representativo da Dimensão Esforço do Desempenho, cujo peso é menor no cálculo do IDP. No entanto, chama atenção o fato da execução orçamentário-financeira ser elevada no período em análise (2016-2018), mas não contribuir de maneira mais significativa no resultado da **Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira** e, consequentemente, no resultado do IDP. Esse comportamento pode ser explicado pela existência de Compromissos com pouca representatividade no valor total do Orçamento Atual e com baixa execução orçamentário-financeira, afetando negativamente o resultado da Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa. Dessa maneira, a contribuição da Dimensão Esforço poderia ter sido maior caso o nível de execução orçamentário-financeira do Programa, que é influenciado pelo comportamento de cada um dos seus Compromissos, fosse mais expressivo.

2.3 Conclusão

O Programa Cidadania e Direitos alcançou um **Bom Desempenho**, registrando resultados relativamente satisfatórios, do ponto de vista das entregas programadas por meio das Metas do Programa. Destaca-se que o comportamento das Metas contribuiu de forma mais expressiva para esse resultado, seguido da evolução dos Indicadores do Programa, ambos componentes da Dimensão Resultado. A Dimensão Esforço, representado pela Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, alcançou menor desempenho em relação aos demais componentes do IDP. Por sua vez, chama atenção o fato de 18,18% das Metas se encontrarem na situação “Não se Aplica”, ou seja, não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018, no III ano do PPP-P. Outro elemento de atenção é a concentração de 84,45% do Orçamento Atual em dois Compromissos, apesar de elevada a sua execução. Como o indicador da Execução Orçamentário-Financeira é influenciado pelo comportamento de cada um dos Compromissos do Programa, os Compromissos com menor participação no Orçamento Atual e com baixa execução orçamentário-financeira contribuem para o resultado desse Indicador, conduzindo a um baixo desempenho da Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira.

Esse desempenho do Programa Cidadania e Direitos se materializa, primordialmente, em ações de caráter transversal e voltadas à promoção e proteção dos direitos humanos; à assistência social; à prevenção do uso de substâncias psicoativas, bem como à redução de riscos e danos sociais e à saúde, causados pelo seu uso; à inclusão social e ressocialização; à proteção de pessoas em situações de vulnerabilidades e riscos sociais; e à segurança e assistência alimentar e nutricional, destacando-se:

- Implantação do Serviço de Monitoração Eletrônica do Estado da Bahia;
- implantação da Central de Monitoração Eletrônica;
- manutenção e assistência material a equipamentos do Sistema Penitenciário;
- criação do Fundo Penitenciário do Estado da Bahia – FUNPEN/BA, através da Lei 13.714/2017;
- Recebidos onze veículos cela, doados pelo DEPEN para conduzir as pessoas privadas de liberdades, sob custodia do Estado, em movimentação

- para audiências, atendimento médico, transferências entre os estabelecimentos penais, etc;
- capacitação de servidores penitenciários;
 - apoio financeiro a municípios para execução de serviços de Proteção Social Especial de Alta e Média Complexidade;
 - apoio financeiro a municípios para execução de serviços de Proteção Social Básica;
 - atendimento, através de serviços complementares, a pessoas com transtornos mentais, bem como crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social;
 - apoio a municípios, através do cofinanciamento do serviço de proteção integral a família, realizado pelos Centro de Referencia da Assistência Social – CRAS e os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para Crianças, Adolescentes e Idosos.

Fonte: Fiplan / Extração: 21/12/2018 / Data de corte: 31/10/2018